



Projeto de Resolução n.º 413/XVII/1.ª

Recomenda a proteção formal das Alagoas Brancas e a concretização do Parque Natural da Cidade de Lagoa

Exposição de motivos:

As zonas húmidas representam simultaneamente um dos ecossistemas mais importantes e ameaçados do planeta. Além de atuarem como refúgios para a vida selvagem, filtram a poluição e são importantes reservatórios de carbono. Cerca de 85% dos pântanos existentes em 1700 terão desaparecido até 2000, muitos deles drenados para dar lugar à construção de infraestruturas, à agricultura ou a outros usos. A sua taxa de desaparecimento é três vezes superior à das florestas, embora tenham ganhado cada vez mais relevo especialmente no que toca ao seu papel na mitigação das alterações climáticas, prestando serviços ecossistémicos vitais para a população humana¹.

No Algarve, as Alagoas Brancas constituem uma pequena zona húmida sazonal com cerca de nove hectares situadas na periferia da cidade de Lagoa (a que deram o nome). Desempenham um papel essencial na manutenção da biodiversidade local, em especial como refúgio e área de alimentação para inúmeras espécies de aves aquáticas. Este local tem condições únicas para o desenvolvimento de comunidades de plantas e animais adaptados a ambientes alagadiços, o que faz das Alagoas Brancas um dos núcleos naturais mais relevantes da região para a conservação da natureza, sendo igualmente importantes no assegurar da infiltração da água da chuva, evitando inundações em toda a área urbana envolvente.

Em 2019, um estudo identificou pelo menos 114 espécies de aves que utilizam aquele território, como o caimão (*Porphyrio porphyrio*) que tem estatuto de conservação “Vulnerável”², o que torna o espaço uma zona muito importante a nível nacional em termos de biodiversidade³.

Mas também a flora assume um papel relevante nesta zona, com várias espécies ameaçadas, incluindo a maior população conhecida em Portugal de *Damasonium bourgaei*, classificada como “Em Perigo” pela Lista Vermelha da Flora Vasculare de Portugal Continental⁴. Todas

¹ [Wetlands: the unsung heroes of the planet](#) | UNEP

² [Porphyrio porphyrio](#) | Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal

³ [Alagoas Brancas](#) | Birdingplaces

⁴ [Damasonium bourgaei](#) | Lista Vermelha Flora Vasculare Portugal Continental

estas ocorrências confirmam o grande valor natural que as Alagoas representam, reforçando que se trata de um património natural singular⁵.

Apesar de tudo, as Alagoas Brancas encontram-se fortemente ameaçadas, sobretudo devido à pressão urbanística e aos projetos de desenvolvimento comercial e industrial previstos para a área envolvente. Entre 2008 e 2013, aprovou-se um empreendimento comercial/industrial que incluía 11 lotes e implicava a destruição total da zona.

No entanto, a mobilização dos cidadãos e da sociedade civil levaram a que o processo fosse interrompido, abrindo espaço a uma reavaliação do projeto à luz da importância ecológica e paisagística deste ecossistema e da necessidade de encontrar soluções que garantissem a sua conservação. As associações de defesa do ambiente que se juntaram para pedir ao então Ministério do Ambiente e Ação Climática consideravam inclusivamente que a Agência Portuguesa do Ambiente deveria classificar a área “como zona ameaçada por cheias naturais” e “área estratégica de infiltração e de proteção à recarga de aquíferos”⁶.

Apesar disso, o início das obras que chegaram a ter lugar levaram a que muita vegetação fosse arrancada, tendo ficado também muito lixo disperso e novas acumulações de água que desnaturalizaram parte daquela zona húmida.

Em 2021, o movimento “Salvar as Alagoas Brancas” avançou mesmo com uma providência cautelar para travar o loteamento⁷ e, em 2023, deu entrada na Assembleia da República a Petição n.º 231/XV/2 - “Salvar a zona húmida das Alagoas Brancas” com o mesmo objetivo. Esta não foi, aliás, a primeira vez que o assunto foi discutido no Parlamento, já que em 2018 haviam sido aprovadas pela Assembleia da República duas resoluções⁸ que recomendavam ao Governo precisamente a defesa e salvaguarda das Alagoas Brancas.

No final de 2023, tornava-se conhecido que o Fundo Ambiental celebrara um protocolo com a Câmara Municipal de Lagoa para aquisição dos terrenos nas Alagoas Brancas por parte desta última - no valor de 3.670.000 € -, para que se tornassem num parque urbano natural⁹. Tal ficou previsto no Despacho n.º 13176-A/2023, de 22 de dezembro, que previu “a salvaguarda e gestão adequada desta zona húmida, bem como dos valores naturais aí presentes” e “aí desenvolver um projeto de renaturalização, de forma a criar uma área de valor natural que permita a visitaçã o e a fruição deste espaço, o que agora se pretende concretizar por via deste apoio”. Ficou ainda previsto um gasto adicional de até 900.000 € para requalificação do espaço¹⁰.

O referido protocolo determinava que se elaborasse o projeto técnico para a criação de um Parque Natural da Cidade de Lagoa, com um projeto de renaturalização, de forma a criar uma área de valor natural que permitisse a visitaçã o e a fruição do espaço e que esse projeto deveria ser enviado ao Fundo Ambiental durante 2024. Determinava que viesse ainda

⁵ [Alagoas Brancas, o último reduto de uma rara comunidade de plantas ameaçadas](#) | GEOTA

⁶ [Associações pedem proteção das Alagoas Brancas](#) | Observador

⁷ [Associações apresentam providência cautelar para travar loteamento em Lagoa](#) | Público

⁸ Resolução da Assembleia da República n.º 105/2018, aprovada a 15 de fevereiro de 2018 e Resolução da Assembleia da República n.º 106/2018, aprovada a 15 de fevereiro de 2018

⁹ [Fundo Ambiental apoia Alagoas Brancas com 3,7 milhões de euros](#) | XXIII Governo

¹⁰ [Em vez de retail park, Alagoas Brancas vai tornar-se um “parque urbano natural”](#) | Público

acompanhado de parecer positivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, enquanto autoridade nacional para conservação da natureza e biodiversidade.

No início de 2024, o município de Lagoa fazia saber que assinara o contrato promessa de compra e venda com os proprietários¹¹, cuja aquisição ficou completa em junho desse ano.

Em outubro de 2025, no entanto, o movimento “Salvar as Alagoas Brancas” voltou a manifestar-se, dizendo que a Câmara Municipal de Lagoa abandonou o terreno, descrevendo um cenário de desleixo, lixo acumulado, vedações danificadas e ausência de manutenção adequada. Apesar de a área ter sido reconhecida pelo Governo como um espaço natural a preservar, o município parece não estar a cumprir o compromisso de proteger a biodiversidade, permitindo, em vez disso, a sua degradação¹².

Ora, o LIVRE entende que, tendo o Governo disponibilizado quase quatro milhões de euros do Fundo Ambiental para adquirir os terrenos das Alagoas Brancas e criar o Parque Natural da Cidade de Lagoa, existe um claro dever de garantir que esse investimento público cumpre o objetivo para o qual foi aprovado. O Governo tem não apenas o direito, mas também a obrigação legal e política de exigir à Câmara Municipal de Lagoa que execute o projeto de renaturalização e conservação da zona húmida nos prazos definidos, garantindo a transparência de todo o processo e a salvaguarda do interesse público.

A realidade é que a criação de um parque natural como o que está idealizado para as Alagoas Brancas irá contribuir grandemente tanto para o bem-estar físico e mental da população de Lagoa, como para a valorização do espaço público. Além disso, estará alinhado com objetivos nacionais e europeus de restauro da natureza, nomeadamente de desenvolver esforços para recuperar ecossistemas degradados e de devolver às populações espaços naturais, funcionais e integrados na paisagem urbana.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do LIVRE propõe à Assembleia da República que, através do presente Projeto de Resolução, delibere recomendar ao Governo que:

1. Garanta a proteção urgente e efetiva das Alagoas Brancas, instando o Município de Lagoa a cumprir integralmente o protocolo já celebrado e financiado pelo Fundo Ambiental, através da elaboração do projeto técnico para a criação do Parque Natural da Cidade de Lagoa, e conseqüente criação deste parque, até ao final de 2026;
2. Garanta que, no decorrer do cumprimento do número anterior, são implementadas ações de limpeza e de manutenção contínua e é implementado um plano de gestão que obedeça rigorosamente aos critérios ambientais definidos pelas entidades competentes e por peritos independentes;
3. Assegure que, no âmbito da elaboração do projeto técnico referido no número 1, sejam envolvidas as organizações da sociedade civil, as associações de defesa do

¹¹ [Câmara Municipal de Lagoa celebra contrato de promessa de compra e venda para aquisição dos terrenos das “Alagoas Brancas”](#)

¹² [Lagoa: Movimento Salvar as Alagoas Brancas denuncia abandono da zona húmida](#) | Barlavento

ambiente e a comunidade local, de forma a promover um processo de discussão pública alargado e participado;

4. Instrua o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Agência Portuguesa do Ambiente e as entidades da comunidade científica e académica com reconhecida experiência na área para que promovam um estudo técnico-científico sobre a possibilidade de atribuição de um estatuto formal de área protegida à área das Alagoas Brancas.

Assembleia da República, 09 de dezembro de 2025

As Deputadas e os Deputados do LIVRE

Isabel Mendes Lopes

Filipa Pinto

Jorge Pinto

Patrícia Gonçalves

Paulo Muacho

Rui Tavares